

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011791-12.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Compra e Venda**
 Requerente: **Neuza Aparecida Carneiro Simões Combustíveis**
 Requerido: **SOUZA SERVIÇOS GERAIS RURAIS S/C LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Neuza Aparecida Carneiro Simões Combustíveis propôs a presente ação contra o réu Souza Serviços Gerais Rurais S/C LTDA, alegando ser credora deste na importância original de R\$ 3.101,75, decorrente da venda combustíveis e lubrificantes, pedindo a citação do réu para pagar a referida quantia devidamente acrescida de atualização monetária e juros de mora e requer a autorização para inscrever o nome do réu no Serviço de proteção Crédito (SPC) e SERASA.

O réu foi citado às folhas 76, na pessoa de Luiz Bernardes, contudo não ofereceu embargos monitórios (folhas 77), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito porque impertinente a dilação probatória, ante a não oposição de embargos, nos termos do artigo 1.102-C do Código de Processo Civil.

Os cupons fiscais colacionados pela autora comprovam a venda de combustíveis e lubrificantes e a ausência de contestação faz presumir que, de fato, as assinaturas neles apostas tratam-se de pessoas com autorização para o abastecimento, presumindo-se verdadeiros os fatos afirmados pela autora, de que o réu se encontra inadimplente.

Todavia, não compete ao juízo a autorização para inscrição do nome do réu junto aos órgãos de proteção ao crédito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, constituindo de pleno direito o título executivo judicial no valor de R\$ 5.765,55, convertendo o mandado inicial em mandado executivo, com atualização monetária e juros de mora devidos a partir do ajuizamento da ação. Condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20 % sobre o valor da condenação, ante o trabalho realizado nos autos.

Oportunamente arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 11 de abril de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**